



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

EDITAL

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP.

Processo n. 26/2026/CMP.

Código UASG: 927950.

Torna-se público que a Câmara Municipal de Palhoça/SC, por meio do seu Setor de Licitações, sediada na Rua Joci José Martins, 101, Palhoça/SC, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 07 de maio de 2026.

Horário: 14 horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

Valor estimado da contratação: R\$ 835.307,80 (oitocentos e trinta e cinco mil trezentos e sete reais e oitenta centavos).

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação diversa do Pregoeiro.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para a operação e edição de áudio e vídeo, visando à transmissão das sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de comissões e demais eventos da Câmara Municipal de Palhoça que forem transmitidos ao vivo, contemplando eventos internos e externos de interesse institucional, bem como a prestação de

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

serviços de produção audiovisual institucionais e educacionais, videografismos, entre outros temas de interesse da Câmara Municipal de Palhoça – CMP/SC, e o suporte técnico às estruturas audiovisuais fixas e móveis de mídia, conforme Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

1.2. A licitação será realizada em grupo único.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema Comprasnet (www.gov.br/compras) e as especificações constantes deste Edital, deverão ser consideradas as constantes no Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor UNITÁRIO e TOTAL do grupo;

4.2. A proposta deverá conter a descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, contendo ainda, entre outras coisas, as seguintes informações:

4.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

4.2.3. A relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

4.3. O pregoeiro poderá solicitar a planilha de custos e formação de preços tanto para a mão de obra quanto para os equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços a serem contratados.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

4.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.11.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços referente à mão de obra de dedicação exclusiva:

4.11.1. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

4.11.2. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

4.11.3. rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);

4.11.4. rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

4.11.5. rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

4.11.6. rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

4.12. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha.

4.12.1. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

- 5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO E FECHADO.
- 5.11.** No modo de disputa ABERTO E FECHADO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. A Câmara Municipal de Palhoça poderá ainda realizar consultas complementares a outros cadastros análogos, tais como os mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em arquivo PDF.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.cmp.sc.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.6. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.6.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.6.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.6.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.6.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.6.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

9.1.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.10. fraudar a licitação;

9.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.11.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.11.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.11.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.6 e 9.1.7, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11, 9.1.12 e 9.1.13, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.6 e 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11, 9.1.12 e 9.1.13, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.6 e 9.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do *e-mail* licitacao@cmp.sc.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico oficial da Câmara Municipal de Palhoça <https://www.cmp.sc.gov.br/>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

11.11.2. ANEXO II – Requisitos de Habilitação.

11.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato.

11.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta.

11.11.5. ANEXO V – Planilha de Custos e Formação de Preços – Mão de Obra

11.11.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de Regularidade.

11.11.7. ANEXO VII - Modelo de Declaração de Pleno Acordo/Custos Diretos e Indiretos.

11.11.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Limite de Enquadramento EPP.

11.11.9. ANEXO IX – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública.

11.11.10. ANEXO X - Modelo de Nota Fiscal.

Palhoça, 15 de abril de 2026

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para a operação e edição de áudio e vídeo, visando à transmissão das sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de comissões e demais eventos da Câmara Municipal de Palhoça que forem transmitidos ao vivo, contemplando eventos internos e externos de interesse institucional, bem como a prestação de serviços de produção audiovisual institucionais e educacionais, videografismos, entre outros temas de interesse da Câmara Municipal de Palhoça – CMP/SC, e o suporte técnico às estruturas audiovisuais fixas e móveis de mídia, conforme tabela abaixo:

GRUPO ÚNICO/LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
01	Serviço de transmissão das sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de comissões e demais eventos da Câmara Municipal de Palhoça, ao vivo, nas dependências da Câmara Municipal de Palhoça	Serviço/mês	12	R\$ 65.793,38	R\$ 789.520,60
02	Serviço de transmissão, cobertura e suporte técnico-operacional de sessões solenes	Serviço	06	R\$ 7.631,20	R\$ 45.787,20



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

e eventos realizados fora das dependências da Câmara Municipal de Palhoça, garantindo a captação, transmissão ao vivo e gravação integral, com qualidade equivalente ou superior às realizadas pelo equipamento fixo do plenário. Este serviço será prestado por demanda, sendo que a contratada será remunerada por evento efetivamente transmitido, com a estimativa de realização de até 06 (seis) eventos por ano, com duração estimada de até 03 (três) horas cada evento.				
PREÇO TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 835.307,80 (oitocentos e trinta e cinco mil trezentos e sete reais e oitenta centavos).				

1.1. A tabela abaixo resume as especificações e quantidades mínimas de equipamentos do sistema de transmissão e equipe necessárias à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência:

ESPECIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TRANSMISSÕES REALIZADAS NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA	QUANTIDADE
---	------------

Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148

Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br

E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

01	Câmeras de vídeo CMOS ou CCD, com bateria, carregador, kit iluminação, tecnologia FULL HD, cabos e todos os acessórios necessários para a gravação das sessões no Plenário da Câmara Municipal de Palhoça e para a gravação de externas de produção e jornalismo.	04
02	Câmeras robóticas PTZ Características técnicas mínimas: <ul style="list-style-type: none">-Sensor: CMOS de 1/2.8" ou superior, com alta sensibilidade e baixo ruído (ideal para ambientes internos).-Resolução: Full HD 1080p, suporte a 1080p/60, 1080p/30, 720p/60 ou equivalentes.-Óptico mínimo de 20x (upgrade em relação ao modelo anterior).-Zoom digital de 16x.-Redução avançada de ruído (2D/3D NR).-Compensação de luz de fundo (BLC), WDR e foco automático avançado.-Conexões de vídeo: HDMI 3G-SDI-IP Streaming via LAN Ethernet (H.264/H.265). Modelo de Referência/tipo: Câmera Ptz Datavideo Ptc 280.	03
03	Mesa controladora para câmeras robóticas PTZ <ul style="list-style-type: none">-Protocolo de controle compatível com sistemas profissionais, tipo Sony VISC;- Conexão com câmeras ponto a ponto;- Entrada/Saída RS-422 (conector RJ-45) x 4;- Painel de controle integrado Exibição monocromática; Modelo de Referência/tipo: Controladora Datavideo Rmc 180 Mark II	01
04	Tripés sem dolly	03
05	Tripé com cabeça móvel, acoplados com Dolly.	01
06	Intercomunicadores profissionais para comunicação entre operador da mesa de corte e os cinegrafistas que estão no Plenário ou no estúdio da TV Câmara e Cabine de Áudio do Plenário.	03
07	Microfone sem fio para reportagem em externa do telejornalismo.	01



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

08	Mesa de corte com qualidade digital com no mínimo 08 (oito) entradas, com efeitos de Wipe, Mix e Chroma-key, compatível com o sistema das Câmeras, com ajuste de "PIP".	01
09	Monitor para preview da mesa de corte 42".	01
10	Monitores broadcast para visualização do programa e das fontes da mesa de corte, com as seguintes características mínimas: -Tamanho: 27 polegadas. -Resolução: Full HD (1920x1080) ou superior (preferencialmente 4K, conforme a necessidade do setor). -Entradas de vídeo: HDMI, SDI ou equivalente profissional (conforme padrão da mesa de corte utilizada). -Brilho e contraste elevados, adequados para ambientes de estúdio. -Tempo de resposta: baixo (5 ms ou inferior). -Ajustes de cor profissionais, adequados para uso broadcast. -Base ajustável ou compatibilidade com suporte VESA.	02
11	Gerador de caracteres com qualidade broadcast e saída Key, para acoplamento à mesa de vídeo, com alfabeto português, múltiplos tamanhos de caracteres, diversas fontes, efeitos variados (como crawl e roll), além de possibilidade de importação de logos. O equipamento poderá vir integrado à mesa de corte. O fornecedor deverá disponibilizar, juntamente com o equipamento, licença completa e ativa de plataforma de criação completa de design gráfico e produção multimídia, como o Adobe Creative Cloud Pro, Affinity Studio (by Canva) ou equivalente que possua alternativa para os aplicativos de edição de imagem (Adobe Photoshop), design vetorial (Adobe Illustrator), motion design – animação profissional (Adobe After Effects), edição de vídeo profissional (Adobe Premiere) para uso na criação, edição e exportação de artes, caracteres e elementos gráficos utilizados no sistema.	01
12	Luminárias com no mínimo 1.000 (mil) watts de potência em luz para captação feita no plenário.	02



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

13	Luminárias com tripé de no mínimo 1000 (mil) watts de potência em luz para captação em externa ou estúdio.	03
14	Microfone tipo bola de canopla com resposta de frequência mínima entre 50Hz e 15KHz com cápsula tipo polar cardioide.	01
15	Mesa de áudio de no mínimo controle em 08 (oito) canais, sendo 01 para gravação no estúdio.	01
16	Sistema de isolamento de vídeo (Hum-Eliminador) o sinal de vídeo entregue pelo sistema de Votação no Plenário transformando em sinal de vídeo com pouco ruído podendo ser utilizado e exibido no ar pela TV Câmara.	01
17	Microfones sem fio LAPELA, para gravação nas Câmeras, operando na faixa de UHF utilizado nas gravações em externa.	02
18	<p>CPUs / estações de trabalho para uso em edição, operação de vídeo e atividades de alta demanda, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">-Sistema Operacional: Windows 10 Pro ou Windows 11 Pro (licenciado).-Intel Core i7 12ª geração ou superior (ex.: i7-12700F) ou AMD Ryzen 7 5000 ou 7000 Series (ex.: Ryzen 7 5800X / 7700 / 7700X)-Frequência mínima do processador: 3.0 GHz ou superior (base ou boost).-Memória RAM: 16 GB DDR4 ou DDR5, expansível.-SSD NVMe M.2 de no mínimo 480 GB (preferencialmente 500 GB/1 TB).-NVIDIA GeForce RTX 4060 8 GB ou superior ou equivalente AMD, como Radeon RX 7600 8 GB.-Vídeo / Resolução: compatível com monitores Full HD ou superiores (mínimo 1920×1080).-Conectividade: Wi-Fi ou Ethernet gigabit.-Gabinete: torre com ventilação adequada e fonte de potência compatível (mínimo 500W, preferencialmente 80 Plus). <p>Modelo de Referência/tipo: PC Pichau Fuzhu III – Intel i7-12700F, GeForce RTX 4060 8 GB, 16 GB DDR4, SSD M.2 480 GB</p>	02



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

	(ou equivalente com processador AMD Ryzen 7 e GPU AMD Radeon RX 7600).	
19	Distribuidores de sinais de áudio e vídeo utilizando conectores tipo BNC com no mínimo 06 (seis) saídas cada um, ganho de mínimo +9db e áudio balanceado.	10
20	Distribuidores de vídeo com conectores tipo BNC com no mínimo 06 (seis) saídas cada um, restauração de "DC" ajuste de nível de vídeo e equalizador do sinal de vídeo na saída permitindo compensar perdas.	02
21	Conversor de HDMI para SDI. Saída: SMPTE-259/274/292/296 SD/HD-SDI, 1xBNC. Entrada: HDMI 24 bits (selecionável por jumper interno: 2 ou 8 canais).	01
22	Placa de captura de vídeo interna -Portas de entrada e saída SDI; -Interface PCI Express; -Resolução máxima de saída de 1080p; -Compatível com Windows, macOS, Linux, Mac 12.0 Monterey; -Taxa de quadros de até 60 fps. Modelo de Referência/tipo: Blackmagic Decklink Quad 2 8-channel 3g-sdi	01
23	Hub Giga Byte, mínimo 4 portas.	01
24	Serviço de link de Internet Dedicada destinado exclusivamente à transmissão das sessões, eventos e demais atividades institucionais, com as seguintes características mínimas: -Velocidade mínima garantida: 500 Mbps (download) e 500 Mbps (upload), com garantia integral da banda (100% CIR – Committed Information Rate). -Tecnologia: link dedicado empresarial por fibra óptica, ponto a ponto ou equivalente, com baixa latência e alta estabilidade. -Simetria: velocidades de upload e download obrigatoriamente simétricas. -IP Fixo Público: mínimo 01 (um) endereço IP público fixo. -Disponibilidade mínima do serviço: 99,5% mensal (SLA). -Monitoramento: monitoramento 24/7 por parte da operadora.	01

Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148

Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br

E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

25	Sistema de estabilização de energia de 5KVA para alimentação do Switcher de Produção fornecendo energia elétrica estabilizada e filtrada para os equipamentos.	01
26	Monitor para o sistema de exibição, com as seguintes características mínimas: -Tamanho: 32 polegadas. -Resolução: Full HD (1920×1080) ou superior (preferencialmente 4K, conforme necessidade operacional). -Entradas de vídeo: HDMI e/ou DisplayPort; outras entradas compatíveis poderão ser aceitas conforme o equipamento utilizado. -Brilho e contraste adequados para visualização em ambiente interno. -Ângulo de visão ampliado, mínimo 178° (horizontal e vertical). -Compatibilidade com suporte VESA ou base ajustável.	01
27	Monitor de vídeo para retorno dos Vereadores no plenário, com as seguintes características mínimas: -Tamanho: 40 polegadas (LED). -Resolução: Full HD (1920×1080) ou superior. -Tecnologia: painel LED com alto brilho e boa visibilidade em ambientes amplos. -Entradas de vídeo: HDMI (mínimo 2), podendo incluir outras entradas compatíveis (DisplayPort, VGA ou similares). -Ângulo de visão ampliado: mínimo 178° para garantir boa visualização de diferentes posições do plenário. -Áudio integrado: alto-falantes embutidos. -Montagem: compatível com suporte de parede ou pedestal (padrão VESA).	01
28	Monitor de sinal do "AR", com as seguintes características mínimas: -Tamanho: 27 polegadas (LED). -Resolução: Full HD (1920×1080) ou superior. -Tecnologia: painel LED com boa visibilidade para identificação do sinal de "AR". -Entradas de vídeo: HDMI e/ou SDI (conforme necessidade da estrutura).	01



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

	-Brilho e contraste adequados para visualização em estúdio ou ambiente interno. -Compatibilidade com suporte VESA ou base ajustável.	
29	Veículo automotor popular para deslocamento da equipe de reportagem quando solicitado pela equipe de jornalismo.	01
30	PC Servidor destinado ao armazenamento e gerenciamento das sessões e reportagens, composto por: -Capacidade total de armazenamento: 12 TB, distribuídos em HDDs de qualidade enterprise (mínimo 7200 RPM), com possibilidade de expansão futura. -Processador: mínimo Intel Xeon / Intel Core i7 de última geração ou equivalente AMD Ryzen 7/9. -Memória RAM: mínimo de 32 GB DDR4 ou superior. -Placa-mãe: compatível com expansão de armazenamento, suporte a RAID e múltiplas conexões SATA/NVMe. -Armazenamento primário (sistema): SSD NVMe de no mínimo 500 GB para sistema operacional, garantindo alta velocidade de leitura/escrita. -Armazenamento secundário: HDDs totalizando 12 TB, padrão enterprise. -Fonte de alimentação: mínimo 600 W com certificação 80 Plus. -Gabinete: padrão servidor ou torre robusta, com ventilação adequada. -Conectividade: mínimo de 02 portas Gigabit Ethernet. -Sistema operacional: Windows Server ou Linux (conforme necessidade do setor).	01
31	Exibidor da programação da TV Câmara de Palhoça, baseado em software profissional de automação e exibição contínua de conteúdo audiovisual, com as seguintes características mínimas: -Sistema de exibição e automação capaz de criar, organizar, reproduzir e transmitir playlists de vídeo e áudio ao vivo e gravadas, garantindo programação linear contínua. -Capacidade mínima de armazenamento: 100 (cem) horas de áudio e vídeo em qualidade Full HD. -Autoprogramação: recurso de pré-disparo automático para comutação de sinal, possibilitando seleção precisa da programação da TV Câmara.	01

Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148

Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br

E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

	<ul style="list-style-type: none">-Entradas e saídas de vídeo: compatibilidade com FULL HD SDI, HDMI, NDI e arquivos digitais.-Roteiramento preciso de mídia, com indicadores de duração de arquivo, duração total do bloco e controle do tempo restante.-Inserção de elementos gráficos: logos, relógio, arte estática, títulos e GC simples.-Suporte a múltiplas fontes de mídia: vídeos, áudios, imagens, gráficos e arquivos diversos.-Capacidade de agendamento automático por data e hora, com criação de playlists diárias, semanais ou personalizadas.-Compatibilidade com formatos variados de vídeo e áudio, incluindo MP4, MOV, AVI, MXF, MP3, WAV.-Ferramenta integrada de gravação, permitindo armazenar conteúdo enquanto a programação é reproduzida.-Monitoramento em tempo real do status da playlist e dos arquivos.-Operação em ambiente Windows, com interface intuitiva e suporte técnico/tutoriais em português-BR.-Recursos adicionais recomendados:-Possibilidade de envio do sinal para streaming simultâneo.-Função de segurança para evitar interrupções (fail-safe) em caso de erro de arquivo.-Captura de tela e integração com dispositivos externos para atualização de conteúdos. <p>Modelo de Referência/tipo: vMix 28 (28.0.0.39) – Licença HD ou software equivalente de automação e exibição profissional com funcionalidades compatíveis.</p>	
32	Conversores de SDI para HDMI para redes sociais. Entrada SMPTE-259/274/292/296 SD/HD-SDI, 1xBNC. Saída HDMI com áudio embutido, 24 bits (selecionável por jumper interno: 2 ou 8 canais. Saídas de estilo RCA de áudio, 2 canais a-10dBu (nominal). Canal 1 e 2. 1 (uma) Saída em loop SD/HD-SDI da entrada SDI (75 ohm, sem terminação).	06
33	Servidor de Transmissão com funções de Streaming, com as seguintes especificações técnicas mínimas:	01



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

	<ul style="list-style-type: none">-Deverá possuir o tamanho máximo de 2U;-O servidor poderá ser do tipo Appliance/Blade/Rack, incluindo kit tipo trilho para adaptação e para montagem em rack de 19" se necessário;-O servidor poderá ser do tipo Server/Torre/Desktop, incluindo bandeja para adaptação e para montagem em rack de 19" se necessário; com processador i7, equivalente ou superior;-Com memória principal de no mínimo 16GB; com no mínimo 2 (duas) placas de rede Ethernet 10/100/1000;-Com no mínimo 1 (um) HDD ou SSD de memória secundária, com no mínimo 240GB de armazenamento;-Windows Server instalado no hospedeiro, contendo a instalação de uma VM ----Windows 10 Pro 64bits;-Incluindo cabos de alimentação;-Com placa de captura de vídeo, compatível com Windows 10 Pro, com interface hdmi, com resolução de 1920x1080 @ (24p / 25p / 30p), com Interface do host PCIeGen 1 x 4, com Interface de áudio, Áudio incorporado SDI, com Formato de áudio PCM, com Taxa de amostragem de áudio 32KHz, 44,1KHz ou 48KHz, por exemplo, AVerMedia CL334-SN, superior ou equivalente.	
34	<p>Fornecer sistema de transformação do sinal de vídeo das câmeras do Plenário da Câmara para o estúdio com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Quantidade de entradas: 02 (duas) com loop, conector BNC• Fase diferencial: < 0,2%• Ganho diferencial: < 0,2%• Resposta da frequência:-0,5 dB a 10 MHz• Pulso barra resposta: + 1%• Inclinação do campo: < 0,5%• Inclinação da linha: < 0,5%• Ganho: -dB a + 2,5 dB (ajustável)• Quantidade de saídas: 01 (uma)• Impedância de saída: 75r;• Nível de saída 1 Vpp nominal (4 Vpp máximo);• Isolação entre saídas 38dB a 5MHz.	01



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

35	Emissora de TV Fechada ou Aberta que tem sua programação na cidade Palhoça, no período em que a TV Câmara Palhoça não colocar sua programação e suas sessões em canal de TV DIGITAL "ABERTO", para transmissão das sessões da Câmara Municipal de Palhoça.	01
36	Cabeamento de áudio e vídeo necessários às instalações e operacionalidade do equipamento em estúdio, externas e plenário.	01
37	Cabeamento de áudio e vídeo conectado do computador switch ao telão do plenário.	01
38	<p>Notebook para operador de mídia audiovisual:</p> <ul style="list-style-type: none">• Com processador no mínimo intel core i5;• Com no mínimo 512 SSD (NVMe no slot m.2 ou SATA);• Com placa de vídeo de no mínimo NVIDIA® GeForce® RTX 3050 com 6 GB GDDR6 ou equivalente AMD Radeon RX 6600 8GB GDDR6;• Com sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro;• Com no mínimo 1 porta HDMI;• Com no mínimo 4 portas USB;• Com no mínimo 1 porta P2 tipo Combo (Uma entrada única que suporta fone e microfone juntos); <p>Modelo de referência/tipo: Notebook Gamer Acer Nitro V15; e Notebook Gamer Dell G15</p>	01

	ESPECIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DE DECIDAÇÃO EXCLUSIVA	QUANT.
01	TÉCNICO DE SISTEMAS AUDIOVISUAIS (CBO n.º 3731-30), disponível durante 30 (trinta) horas semanais cada, levando em conta a carga horária da categoria, de 06 (seis) horas.	01
02	OPERADOR DE CÂMERA (CBO n.º 3721-15), disponível durante 30 (trinta) horas semanais cada, levando em conta a carga horária da categoria, de 06 (seis) horas.	01
03	REPÓRTER JORNALISTA (CBO n.º 2617-30), disponível durante 30 (trinta) horas semanais cada, levando em conta a carga horária da categoria, de 06 (seis) horas.	01

Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148

Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br

E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

04	OPERADOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL (CBO 3731-05), disponível durante 30 (trinta) horas semanais cada, levando em conta a carga horária da categoria, de 06 (seis) horas.	01
----	---	----

	ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TRANSMISSÃO EXTERNA	QUANT.
01	Câmeras Robóticas (PTZ): Resolução Full HD ou superior. Movimento horizontal, vertical e zoom óptico controlado remotamente. Possibilidade de <i>presets</i> de movimento. Conectividade compatível com ambientes internos e externos.	02
02	Câmera CMOS Móvel: Sensor CMOS de alta sensibilidade. Resolução Full HD ou superior. Indicada para planos complementares, público, autoridades e captação dinâmica.	01
03	Controladora de Câmeras PTZ: Controle remoto de pan, tilt e zoom. Joystick de precisão. Compatibilidade com as câmeras fornecidas.	01
04	Cabeamento, Conectividade e Infraestrutura	01
05	Fornecimento integral de cabos de rede, cabos de vídeo, energia, extensões, conectores, organizadores e demais acessórios necessários para pleno funcionamento do sistema.	01

1.2. OBSERVAÇÕES:

1.2.1. A empresa é responsável pela montagem, organização e segurança do cabeamento em todos os locais externos onde houver sessão;

1.2.2. A mão de obra com dedicação exclusiva será utilizada tanto nos eventos internos quanto nos eventos externos;

1.2.3. É de responsabilidade da contratada:

Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148

Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br

E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

- 1.2.3.1.** Garantir operação técnica completa, com profissionais capacitados;
- 1.2.3.2.** Assegurar estabilidade na transmissão e gravação do conteúdo;
- 1.2.3.3.** Providenciar iluminação complementar quando necessário;
- 1.2.3.4.** Garantir que toda a estrutura esteja pronta antes do início da sessão e desmontada somente após o encerramento.

1.2.4. O contrato oriundo desta licitação terá prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado nos moldes dos artigos 105 e 107, da lei 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2. A contratação se justifica pelas necessidades dos serviços de transmissão das sessões plenárias pela web, em tempo real, que tem como escopo ampliar a difusão das atividades realizadas nesta Casa Legislativa, assegurando à sociedade o acesso à informação do trâmite dos processos legislativos e dos trabalhos executados pelos Vereadores desta Casa Legislativa, favorecendo, assim, o conhecimento do cidadão sobre os seus direitos e deveres, correlacionados ao Poder Legislativo. Além disso, pretende-se produzir matérias jornalísticas, factuais e de conteúdo didático, na perspectiva de informar, educar, esclarecer e ampliar o acesso ao controle social. Este é o maior propósito desta Casa Legislativa: agir com transparência na condução dos seus trabalhos realizados.

2.3. Os serviços serão prestados de forma contínua pela sua essencialidade, que visa a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, pois sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público, visto a necessidade de garantir transparência ao processo legislativo da Câmara Municipal de Palhoça – CMP, em conformidade com a Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

2.4. Os serviços contínuos aqui definidos objetivamente, de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado, enquadram-se como serviço comum definidos pela Lei 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

2.5. Este TR – Termo de Referência foi elaborado a partir do ETP – Estudo Técnico Preliminar e o quantitativo do serviço tem como base a utilização do serviço por esta Casa Legislativa nos últimos anos e lições aprendidas no decorrer dos contratos, desde o Contrato n.º 13/2016, passando pelo Contrato n.º 06/2021, com as adequações necessárias identificadas e modernizações, identificadas pelo Setor de Jornalismo e Setor de Informática.

2.6. A adoção de lote único para a contratação dos serviços de transmissão das sessões justifica-se pela necessidade de integração e padronização das atividades envolvidas, garantindo maior eficiência operacional e uniformidade na execução do objeto. A centralização dos serviços em um único fornecedor evita incompatibilidades técnicas entre sistemas e equipamentos, reduz riscos de falhas na transmissão e facilita a gestão e fiscalização contratual pela Administração.

2.7. A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Câmara Municipal de Palhoça – CMP.

3. DEFINIÇÕES

3.2. TV Câmara Palhoça: A TV Câmara Palhoça é o serviço oficial de comunicação da Câmara Municipal de Palhoça, destinado à transmissão e divulgação das sessões legislativas, audiências públicas, reuniões, eventos institucionais e demais atividades do Poder Legislativo. Tem como finalidade garantir transparência, publicidade, acesso à informação e aproximação entre o cidadão e as ações do Parlamento municipal.

3.3. Transmissão ao Vivo: Entende-se por transmissão ao vivo o processo de captação, codificação e distribuição de áudio e/ou vídeo em tempo real, permitindo que o público acompanhe o conteúdo simultaneamente ao momento de sua geração. A transmissão ocorre com atraso mínimo e exige infraestrutura de captação, processamento e envio do sinal para a plataforma ou meio de difusão escolhido.

3.4. TV Aberta: TV aberta é a modalidade de transmissão televisiva distribuída gratuitamente ao público, por meio de sinal enviado via ondas de rádio e captado por antenas convencionais. Não



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

exige pagamento de assinatura e possui ampla abrangência. É utilizada para veiculação de conteúdos generalistas, jornalísticos, culturais e institucionais.

3.5. TV Fechada: TV fechada, também denominada TV por assinatura, é o serviço de distribuição de conteúdo televisivo mediante pagamento, transmitido por meio de cabo, satélite ou fibra óptica. Possui canais segmentados (notícias, esportes, filmes, documentários) e depende da contratação de operadora autorizada.

3.6. Transmissão ao Vivo Televisiva: Entende-se por transmissão ao vivo televisiva a veiculação em tempo real de conteúdo audiovisual por meio de emissora de televisão aberta ou fechada, utilizando sinal de TV capaz de alcançar o público dentro de sua área de cobertura. A transmissão ocorre simultaneamente ao acontecimento do evento, garantindo publicidade, transparência e acesso imediato ao conteúdo por meio de canal televisivo convencional.

3.7. Transmissão ao Vivo em Redes Sociais: Entende-se por transmissão ao vivo em redes sociais a difusão, em tempo real, de conteúdo audiovisual por meio de plataformas digitais como YouTube, Facebook, Instagram ou outras definidas pela Câmara Municipal de Palhoça. Essa modalidade de transmissão utiliza infraestrutura de internet para disponibilizar o evento ao público, permitindo acesso gratuito, interação dos usuários e ampla divulgação do conteúdo, independentemente de local ou dispositivo de acesso.

3.8. Conteúdo de Rede Social: Entende-se por conteúdo de rede social todo material informativo, audiovisual, textual ou gráfico produzido e publicado em plataformas digitais como YouTube, Facebook, Instagram, entre outras. Esse conteúdo pode incluir transmissões ao vivo, vídeos, imagens, fotografias, cards, textos, comunicados, transmissões institucionais, postagens informativas e demais peças destinadas à divulgação, interação com o público e promoção da transparência das ações da Câmara Municipal de Palhoça.

4. DAS ATRIBUIÇÕES E DA QUALIDADE DA EQUIPE OPERACIONAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

4.2. A prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência segue o que determina o Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego, cabendo aos empregados as seguintes atividades e qualificação:

4.2.1. 01 (um) TÉCNICO DE SISTEMAS AUDIOVISUAIS (CBO n.º 3731-30):

4.2.1.1. Atividade: O Técnico de Sistemas Audiovisuais será responsável por realizar a edição, montagem e conteúdos audiovisuais internos e externos, incluindo materiais institucionais, reportagens, vídeos informativos e conteúdos destinados às redes sociais ou ao arquivo institucional. Atuará também na preparação e ajustes de áudio e vídeo, inserção de legendas e elementos gráficos, garantindo qualidade técnica, padronização visual e fidelidade às diretrizes institucionais. Sua atuação é fundamental para assegurar que todo material veiculado ao público seja entregue em conformidade com os padrões de excelência exigidos pelo Poder Legislativo.

- a) Edição de arquivos de vídeos;
- b) Edição de arquivos de áudio;
- c) Produção e reprodução de material em mídias eletrônicas;
- d) Operacionalização da transmissão ao vivo da sessão;
- e) Outros serviços correlatos;

4.2.1.2. Qualificação mínima:

- a) Ensino Médio completo em instituição reconhecida pelo MEC;
- b) Registro profissional junto à Delegacia Regional do Trabalho;
- c) Atestado de capacidade técnica profissional, comprovando experiência mínima de 02 (dois) anos atuando como editor de TV e vídeo, e: capacidade plena de operação dos equipamentos de edição e pós-produção, capacidade de produzir artes gráficas e de realizar tratamento de finalização de áudio e vídeo, entre outros necessários à edição profissional de áudio e vídeo.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

4.2.2. 01 (um) OPERADOR DE CÂMERA (CBO n.º 3721-15):

4.2.2.1. Atividade: O Operador de Câmera será responsável pela captação de imagens em sessões plenárias, audiências públicas, eventos oficiais, matérias jornalísticas e transmissões ao vivo. Caberá a este profissional operar as câmeras fixas, robóticas ou móveis, enquadrar corretamente as cenas, ajustar iluminação e garantir estabilidade, nitidez e qualidade das imagens captadas. Também deverá atuar em externas, cobrindo reportagens e gravações fora do ambiente legislativo. Seu trabalho assegura que todo o conteúdo audiovisual tenha registro visual adequado, compatível com padrões profissionais de transmissão e documentação institucional.

- a) Captar imagens e entrevistas por meio de câmeras de vídeo para produção de TV, e qualquer sistema que utilize imagens;
- b) Operar as câmeras no momento das transmissões ao vivo das sessões;
- c) Outros serviços correlatos.

4.2.2.2. Qualificação mínima:

- a) Ensino Médio completo em instituição reconhecida pelo MEC;
- b) Registro profissional, quando exigível pela Legislação aplicável;
- c) Atestado de capacidade técnica profissional, comprovando experiência mínima de 03 (três) anos atuando em captação de imagens para audiovisual; e: condição técnica de analisar cenários e posicionamentos para execução de tomadas, condição técnica de realizar a regulagem da câmera e o controle da qualidade da imagem, entre outros necessários para a operação da câmera.

4.2.3. 01 (um) REPÓRTER JORNALISTA (CBO n.º 2617-30):

4.2.3.1. Atividade: O Repórter Jornalista será responsável pela elaboração de pautas, produção e apresentação de conteúdos jornalísticos institucionais, incluindo entrevistas, reportagens, textos informativos, locuções e materiais destinados às redes



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

sociais ou à TV Câmara. Deverá atuar na apuração de informações, redação de textos, condução de entrevistas e interação com o público, quando aplicável. É o profissional responsável por dar contexto, clareza e precisão às informações divulgadas, assegurando alinhamento com os princípios de transparência e comunicação pública do Poder Legislativo.

- a) Exercer funções variadas dentro da área jornalística, como: elaborar pautas para execução de programas jornalísticos de TV, entrevistar fontes, orientar os processos de edição dos materiais, acompanhar as sessões, elaborar vídeos informativos para as redes sociais.
- b) Outros serviços correlatos.

4.2.3.2. Qualificação mínima:

- a) Bacharelado em Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, reconhecido pelo MEC;
- b) Registro profissional junto à Delegacia Regional do Trabalho.

4.2.4. 01 (um) OPERADOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL (CBO 3731-05):

4.2.4.1. Atividade: O Operador de Mídia Audiovisual será responsável por apoiar diretamente as operações de áudio, vídeo e projeção, atuando na execução, controle e operacionalização de equipamentos como mesa de som, projetores, telão do Plenário e demais dispositivos audiovisuais. Caberá a este profissional controlar o áudio das sessões, executar a reprodução de conteúdo no telão, apoiar transmissões ao vivo e garantir o correto funcionamento dos sistemas de audiovisual. O operador deverá assegurar que todas as exibições e operações sejam realizadas com qualidade, continuidade e alinhamento às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Palhoça.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

a) O Operador de Mídia Audiovisual será responsável pelo sistemas de áudio, vídeo e projeção em sessões plenárias, audiências públicas e eventos institucionais; Controlar o áudio das sessões, realizando ajustes técnicos necessários à qualidade sonora; Executar a reprodução de conteúdos audiovisuais em telão e demais dispositivos; Apoiar tecnicamente as transmissões ao vivo; Garantir o funcionamento adequado dos equipamentos e sistemas audiovisuais; Assegurar que todas as exibições e operações sejam realizadas com qualidade, continuidade e alinhamento às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Palhoça.

b) Outros serviços correlatos.

4.2.4.2. Qualificação mínima:

- a) Ensino Médio completo em instituição reconhecida pelo MEC;
- b) Registro profissional, quando exigido pela legislação aplicável;
- c) Atestado de capacidade técnica profissional, comprovando experiência mínima de 01 (um) ano em operação de sistemas audiovisuais.

5. DA EQUIPE TÉCNICA E DA GESTÃO DOS PROFISSIONAIS ALOCADOS

5.2. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, equipe técnica composta pelos profissionais descritos nesta seção, em regime de dedicação exclusiva, sendo vedada a substituição, redução ou realocação de profissionais sem prévia comunicação e anuência formal do Gestor do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. A substituição de qualquer profissional, quando necessária, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, devendo o substituto possuir qualificação igual ou superior à do profissional substituído, comprovada mediante apresentação de documentação pertinente.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

5.4. A CONTRATADA é responsável pela supervisão técnica, disciplinar e administrativa dos profissionais alocados, sendo-lhe vedado transferir à Câmara Municipal de Palhoça qualquer atribuição de comando, direção ou subordinação direta desses empregados, de modo a preservar a natureza jurídica da contratação de serviços, sem caracterização de vínculo empregatício com a Administração Pública.

6. DA JORNADA DE TRABALHO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2. Os serviços serão prestados, prioritariamente, nas dependências da Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Pagani, Palhoça/SC, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

6.3. A jornada padrão de trabalho dos profissionais alocados será de 30 (trinta) horas semanais, com carga horária diária de 06 (seis) horas, em conformidade com as convenções coletivas de trabalho aplicáveis a cada categoria profissional, bem como com a legislação trabalhista vigente.

6.4. A escala de trabalho semanal será definida de comum acordo entre a CONTRATADA e o Gestor do Contrato, observadas as necessidades operacionais da Câmara Municipal de Palhoça, podendo abranger dias úteis, finais de semana e feriados, quando a natureza das atividades assim o exigir, especialmente por ocasião de sessões plenárias, audiências públicas e eventos institucionais.

6.5. Os serviços de cobertura de eventos externos serão realizados nos locais indicados pela Câmara Municipal de Palhoça, no âmbito do Município de Palhoça e, quando necessário, em municípios limítrofes ou na região da Grande Florianópolis.

6.6. As horas trabalhadas além da jornada contratual, decorrentes de sessões extraordinárias, audiências e eventos não previstos, serão compensadas por meio de banco de horas, a ser administrado pela CONTRATADA, em conformidade com a legislação trabalhista aplicável, sem geração de custos adicionais à Câmara Municipal de Palhoça, salvo quando expressamente autorizado pelo Gestor do Contrato e devidamente formalizado.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

6.7. A CONTRATADA deverá manter registro formal, idôneo e atualizado da jornada efetivamente cumprida por cada profissional, disponibilizando os respectivos controles de ponto ao Fiscal do Contrato sempre que solicitado, como instrumento de verificação da execução contratual e do cumprimento das obrigações trabalhistas, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.8. É vedada a prestação de serviços em regime de sobreaviso, bem como a adoção de trabalho remoto ou teletrabalho como modalidade ordinária, em razão da natureza presencial e em tempo real dos serviços contratados, admitindo-se exceções apenas mediante autorização expressa e justificada do Gestor do Contrato.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES DOS UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

7.2. Especificações básicas e regras para o fornecimento de equipamentos e uniformes:

7.2.1. Os equipamentos utilizados na execução dos serviços deverão ser de propriedade da CONTRATADA e permanecer, prioritariamente, nas dependências da Câmara Municipal de Palhoça, excetuando-se aqueles necessários à realização de eventos externos.

7.2.1.1. Os arquivos digitais (storage) produzidos no âmbito da execução contratual deverão permanecer armazenados em ambiente indicado pela Câmara Municipal de Palhoça, assegurando-se o acesso institucional, a integridade e a preservação das informações.

7.2.2. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o fornecimento, licenciamento e regularidade de todos os softwares utilizados na execução dos serviços, incluindo sistemas operacionais, ferramentas de edição, transmissão (streaming) e demais aplicações necessárias, devendo observar a legislação vigente quanto a direitos autorais e uso de software.

7.2.3. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA aos seus empregados deverão ser compatíveis com as atividades desempenhadas no âmbito da Câmara Municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

Palhoça, adequados às condições climáticas e fornecidos sem qualquer ônus aos trabalhadores, observando-se:

7.2.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os itens de uniforme nas quantidades necessárias à adequada execução dos serviços;

7.2.3.2. A CONTRATADA deverá assegurar que os profissionais se apresentem devidamente uniformizados no local de prestação dos serviços;

7.2.3.3. A CONTRATADA deverá fornecer conjuntos completos de uniforme no início da execução contratual, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início das atividades, devendo promover a substituição de 01 (um) conjunto completo a cada 06 (seis) meses;

7.2.3.4. Os uniformes deverão ser substituídos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após solicitação formal da Câmara Municipal de Palhoça, sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação;

7.2.3.5. A CONTRATADA deverá substituir, a qualquer tempo, os uniformes que apresentarem desgaste ou defeitos, independentemente do prazo previsto, sem qualquer custo adicional para a Administração ou para os empregados.

7.2.4. Os uniformes e os equipamentos de proteção individual – EPI deverão ser adequados às atividades desempenhadas e observar as normas de segurança do trabalho, compreendendo, no mínimo:

7.2.4.1. Camisa de manga curta e longa com identificação da empresa;

7.2.4.2. Camiseta de manga curta e longa com identificação da empresa;

7.2.4.3. Crachá de identificação funcional, contendo nome completo, fotografia recente e validade;

7.2.4.4. Demais itens previstos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

7.2.5. A CONTRATADA poderá fornecer outros itens complementares de uniforme, equipamentos ou ferramentas que entender necessários à melhoria da execução dos serviços, sem ônus adicional para a Câmara Municipal de Palhoça.

7.2.6. A CONTRATADA deverá fornecer, sem custo para os profissionais, todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução das atividades, em especial nas situações de:

7.2.6.1. Cobertura de eventos externos com exposição solar prolongada (protetor solar, boné/viseira);

7.2.6.2. Instalação e manuseio de cabeados e equipamentos elétricos (luvas de proteção, calçado com isolamento elétrico);

7.2.6.3. Transporte e montagem de equipamentos pesados (cinta lombar, sapato fechado com bico de proteção).

7.2.7. O fornecimento de EPIs deverá observar as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego aplicáveis às atividades desenvolvidas, especialmente a NR-6, sendo responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o treinamento e a fiscalização do uso correto pelos seus empregados.

7.2.8. A Câmara Municipal de Palhoça, na qualidade de tomadora de serviços, poderá, por intermédio do Fiscal do Contrato, exigir a comprovação do fornecimento e do uso de EPIs, sem que isso implique qualquer ingerência na relação de emprego entre a CONTRATADA e seus profissionais.

8. DA TRANSMISSÃO AO VIVO

8.2. Transmissão ao Vivo Televisiva

8.2.1. É obrigatória a transmissão ao vivo das sessões plenárias da Câmara Municipal de Palhoça, bem como de qualquer evento interno assim definido pela Presidência, por emissora de televisão aberta ou fechada com cobertura no Município de Palhoça/SC.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

8.2.2. A CONTRATADA é responsável por garantir a qualidade técnica do sinal entregue à emissora, bem como pela operação de todos os equipamentos necessários à transmissão, desde a captação até a distribuição do sinal.

8.2.3. A CONTRATADA deverá contratar emissora de TV no prazo de até 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato.

8.3. Transmissão ao Vivo em Redes Sociais – Vinculada à Transmissão Televisiva

8.3.1. Simultaneamente à transmissão televisiva, a CONTRATADA deverá realizar a transmissão ao vivo nas plataformas digitais definidas pela Câmara Municipal de Palhoça - YouTube, Facebook, Instagram e demais canais institucionais-, assegurando sincronismo, qualidade de imagem e áudio compatíveis com os padrões de cada plataforma e disponibilidade ininterrupta durante toda a duração do evento.

8.4. Transmissão ao Vivo Exclusiva em Redes Sociais

8.4.1. A transmissão ao vivo exclusivamente em redes sociais poderá ser realizada sempre que assim for determinada pela Presidência da Câmara Municipal de Palhoça.

8.4.2. Todas as transmissões deverão assegurar qualidade técnica adequada, continuidade ininterrupta e pleno acesso do público aos conteúdos veiculados, conforme padrões institucionais da Câmara Municipal de Palhoça.

8.4.3. A exigência de transmissão por meio de TV aberta ou fechada aplica-se apenas ao período em que a TV Câmara Palhoça ainda não estiver veiculando sua programação regular e sessões em canal de TV digital aberto.

8.5. Da Continuidade da Transmissão em Caso de Falha Técnica

8.5.1. A CONTRATADA deverá dispor de solução de contingência operacional previamente aprovada pelo Fiscal do Contrato, contemplando, no mínimo: equipamento reserva para os itens críticos (câmera principal, switcher e link de internet), plano de ativação imediata e responsável técnico designado para acionamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

9. DO CONTEÚDO DE REDE SOCIAL

9.2. O Setor de Jornalismo da Câmara Municipal de Palhoça será responsável por definir a linha editorial dos conteúdos a serem veiculados nas redes sociais institucionais.

9.3. Em conjunto com o Setor de Jornalismo e com a Presidência da Câmara Municipal de Palhoça, deverá ser produzido conteúdo informativo, interativo e educativo, que assegure a transparência pública. O conteúdo deverá promover o acesso à informação; facilitar a comunicação com a população; apoiar a divulgação das atividades institucionais do Poder Legislativo, garantindo coerência com a linha editorial definida.

9.4. A CONTRATADA deverá produzir e publicar conteúdos nas plataformas digitais institucionais, sempre em conformidade com a linha editorial definida pelo Setor de Jornalismo da Câmara Municipal de Palhoça, incluindo, mas não se limitando a:

9.4.1. Vídeos editados de sessões, audiências e eventos institucionais;

9.4.2. Cortes e destaques (clips) adaptados aos formatos específicos de cada plataforma (Reels, Shorts, Stories);

9.4.3. Artes gráficas, cards informativos e demais peças visuais institucionais;

9.4.4. Legendas, descrições e hashtags em conformidade com as diretrizes editoriais da Câmara.

10. DO CONTEÚDO – SÍTIO OFICIAL

10.2. Todas as transmissões ao vivo e os conteúdos audiovisuais produzidos no âmbito deste contrato deverão ser publicados e mantidos disponíveis no sítio oficial da TV Câmara Palhoça, acessível em <https://www.cmp.sc.gov.br/tvcamara>, ou em endereço que venha a substituí-lo por decisão da Administração.

10.3. Os endereços eletrônicos – links – para redes sociais em conjunto com o Setor de Jornalismo e com a Presidência da Câmara Municipal, deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA a partir



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

desse endereço, garantindo maior transparência, rastreabilidade e centralização das informações oficiais.

11. DO ACESSO ÀS REDES SOCIAIS

11.2. Todo acesso às plataformas digitais institucionais — incluindo logins, senhas, tokens de autenticação e demais credenciais — será gerenciado conjuntamente pelo Setor de Jornalismo da Câmara Municipal de Palhoça e pela CONTRATADA, sendo vedado a esta: Alterar senhas ou dados de acesso sem autorização formal prévia da CMP; Excluir, arquivar ou desativar contas, canais ou perfis institucionais; Modificar configurações de privacidade, monetização ou publicidade das plataformas; Vincular as contas institucionais a perfis ou contas pessoais de colaboradores da CONTRATADA.

11.3. O uso e o compartilhamento dessas credenciais serão de responsabilidade solidária entre as partes envolvidas, garantindo o correto tratamento das informações e a observância integral das obrigações de sigilo e segurança.

11.4. Ao término do contrato ou na hipótese de substituição de profissional com acesso às plataformas, a CONTRATADA deverá revogar imediatamente todos os acessos individuais e transferir as credenciais atualizadas ao Setor de Jornalismo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

12. DO FORNECIMENTO DE CONTEÚDO INTERNO

12.2. A CONTRATADA deverá fornecer conteúdos audiovisuais e informativos aos gabinetes dos vereadores sempre que solicitado, respeitando os prazos internos estabelecidos pela Câmara Municipal de Palhoça e a disponibilidade operacional da equipe técnica.

12.2.1. Todo conteúdo fornecido internamente à Câmara Municipal de Palhoça destina-se exclusivamente a fins institucionais, sendo vedada sua utilização para propósitos político-



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

partidários, eleitorais ou de promoção pessoal de qualquer natureza, em observância ao princípio da impessoalidade previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal.

13. DA TRANSMISSÃO DE EVENTOS EXTERNOS – POR DEMANDA

13.2. A transmissão de eventos externos de interesse da Câmara Municipal de Palhoça será realizada mediante demanda prévia, devendo ser agendada com antecedência pela Administração, de modo a garantir adequado planejamento e disponibilidade operacional da equipe técnica.

13.2.1. A CONTRATADA deverá dimensionar e disponibilizar o equipamento móvel necessário para a realização de transmissões de eventos externos, de forma a assegurar a mesma qualidade técnica das transmissões realizadas nas dependências da Câmara Municipal de Palhoça (CMP). É vedada a utilização da alegação de indisponibilidade de equipamento como justificativa para recusa de Ordem de Serviço devidamente formalizada.

14. DA INFRAESTRUTURA

14.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a infraestrutura necessária para garantir a transmissão ao vivo, bem como a produção e publicação de conteúdo institucional, incluindo link de internet independente e dedicado, de forma a assegurar qualidade, estabilidade e confiabilidade das transmissões, bem como transparência na veiculação dos conteúdos.

15. DA OPERAÇÃO DE TRANSMISSÕES

15.2. As sessões ordinárias realizam-se tradicionalmente às 18h, nas segundas e terças-feiras, com estimativa mínima de 8 (oito) sessões ordinárias por mês.

15.3. As reuniões das comissões realizam-se tradicionalmente de segunda a sexta-feira, no período vespertino, com estimativa mínima de 10 (dez) por semana. Quantidade, dias e horários podem variar de acordo com ato da Presidência da Câmara Municipal de Palhoça.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

15.4. Estima-se a realização de 2 (duas) audiências públicas por mês, podendo a quantidade variar conforme ato da Presidência.

15.5. Estima-se a realização de 6 (seis) eventos externos por ano, podendo a quantidade variar conforme ato da Presidência.

15.6. Estima-se a produção de 400 (quatrocentos) cortes de transmissão e cerca de 30 (trinta) vídeos institucionais por mês, podendo a quantidade variar de acordo com a demanda solicitada pelo Setor de Jornalismo.

15.7. Sessões extraordinárias e eventos externos sob demanda ocorrerão de forma intermitente, sem previsibilidade fixa de horários ou jornada, sendo a CONTRATADA convocada apenas conforme a necessidade da CONTRATANTE.

16. DO SIGILO E PROTEÇÃO DE DADOS

16.2. A CONTRATADA e seus profissionais estão obrigados a guardar sigilo absoluto sobre todas as informações, dados, documentos e sistemas aos quais tenham acesso no exercício das atividades contratadas, sendo vedada sua divulgação, reprodução ou utilização para fins alheios ao objeto do contrato, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 — LGPD e da Lei Federal nº 12.527/2011 — LAI.

17. DA PROPRIEDADE E GUARDA DOS CONTEÚDOS

17.2. Todos os direitos autorais de imagem, patrimoniais, conexos e quaisquer demais resultados de trabalhos intelectuais ou artísticos decorrentes da execução dos serviços previstos neste Termo de Referência serão de propriedade do acervo da Câmara Municipal de Palhoça, resguardada a indicação do autor da obra.

17.3. É vedado à CONTRATADA utilizar, para qualquer fim ou sob qualquer pretexto, o material fornecido ou produzido sem autorização expressa da Câmara Municipal de Palhoça, sob pena das sanções previstas em lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

17.4. Todos os produtos gerados pela execução do contrato, incluindo arquivos de vídeo, matrizes e materiais tratados ou produzidos, são de propriedade da Câmara Municipal de Palhoça, que poderá utilizá-los e dispor livremente de todo o conteúdo, sempre resguardada a identificação da autoria.

18. DA VISTORIA TÉCNICA

18.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria técnica nas instalações da Câmara Municipal de Palhoça, acompanhado por servidor designado para esse fim, de quarta a sexta-feira, das 13h às 18h, durante o período de divulgação do Edital.

18.3. O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte à publicação do Edital no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, estendendo-se até o dia útil imediatamente anterior à data prevista para abertura da sessão pública do Pregão.

18.4. Para a realização da vistoria, o representante do licitante deverá:

18.4.1. Apresentar documento de identidade e instrumento de representação emitido pela empresa (procuração ou carta de credenciamento);

18.4.2. Agendar previamente a visita, exclusivamente por meio do endereço eletrônico: licitacao@cmp.sc.gov.br;

18.4.3. Ao final da vistoria, assinar o Atestado de Vistoria fornecido pela Câmara Municipal de Palhoça (modelo constante do Anexo do Edital).

18.5. A vistoria é facultativa. O licitante que optar por não a realizar deverá apresentar, em substituição ao Atestado de Vistoria, Declaração de Pleno Conhecimento das Condições do Local, atestando que tem ciência de todas as informações e condições necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

18.6. A não realização da vistoria não poderá embasar alegações posteriores de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos relativos às condições locais de prestação dos serviços, ficando o licitante vencedor obrigado a assumir todos os ônus decorrentes de tais circunstâncias.

19. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS / SLA)

19.2. Serviços de Operação, Produção Audiovisual e Transmissão ao Vivo – TV Câmara Palhoça.

19.3. Objeto Do Acordo De Nível De Serviço

19.3.1. O presente Acordo de Nível de Serviço (ANS) tem por objetivo estabelecer parâmetros mínimos de desempenho, qualidade, disponibilidade, prazos, responsabilidades e penalidades relativos à prestação dos serviços de:

- a. Operação e edição de áudio e vídeo;
- b. Transmissão ao vivo de sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de comissões e eventos institucionais;
- c. Produção audiovisual e conteúdos institucionais;
- d. Operação do telão do Plenário;
- e. Transmissão de eventos externos por demanda;
- f. Publicação e gestão técnica de conteúdos da TV Câmara Palhoça.

19.4. Abrangência Dos Serviços

19.4.1. Este ANS aplica-se a todos os serviços executados pela empresa contratada no âmbito da TV Câmara Palhoça, incluindo:

- a. Transmissões televisivas (TV aberta ou fechada);
- b. Transmissões em redes sociais;
- c. Produções audiovisuais institucionais;
- d. Conteúdos educacionais e informativos;
- e. Eventos internos e externos previamente autorizados.

19.5. Disponibilidade do Serviço

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

19.5.1. Disponibilidade mínima exigida: 99% durante transmissões ao vivo programadas. Interrupções somente serão aceitas em casos fortuitos ou força maior, devidamente justificados.

20. DOS NÍVEIS DE QUALIDADE TÉCNICA

20.2. Transmissão ao Vivo

- 20.2.1.** Qualidade mínima: Full HD (1080p);
- 20.2.2.** Áudio estéreo, sem ruídos excessivos;
- 20.2.3.** Sincronismo adequado entre áudio e vídeo;
- 20.2.4.** Continuidade da transmissão sem quedas recorrentes;
- 20.2.5.** Estabilidade do sinal durante todo o evento.

20.3. Redes Sociais

- 20.3.1.** Transmissão simultânea em, no mínimo, duas plataformas, quando vinculada à
- 20.3.2.** transmissão televisiva;
- 20.3.3.** Publicação correta de títulos, descrições e identidade visual;
- 20.3.4.** Conteúdo validado pelo Setor de Jornalismo e Presidência.

20.4. Produção Audiovisual

- 20.4.1.** Imagens com enquadramento adequado e iluminação correta;
- 20.4.2.** Áudio inteligível;
- 20.4.3.** Videografismos e artes alinhados à identidade institucional;
- 20.4.4.** Materiais entregues sem erros técnicos.

21. DO PRAZOS DE ATENDIMENTO (SLA OPERACIONAL)

- 21.2.** Preparação técnica para transmissões programadas: Até 60 minutos antes do início
- 21.3.** Resposta a falha durante transmissão ao vivo: Imediata
- 21.4.** Correção de falha crítica: Até 15 minutos



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

- 21.5.** Publicação de gravações no sítio oficial: Até 24 horas
- 21.6.** Entrega de vídeos institucionais editados: Até 2 dias úteis

22. DA INFRAESTRUTURA E CONTINUIDADE

- 22.2.** A contratada deverá garantir:
- 22.3.** Link de internet exclusivo e dedicado para transmissão;
- 22.4.** No-break de 5 kVA para proteção energética;
- 22.5.** Equipamentos em perfeito funcionamento;
- 22.6.** Redundância mínima para itens críticos (câmeras, cabos, áudio);
- 22.7.** Storage seguro com backup periódico dos conteúdos.

23. DA OPERAÇÃO DO TELÃO DO PLENÁRIO

- 23.2.** A contratada deverá assegurar:
- 23.3.** Operação contínua do telão durante sessões e eventos;
- 23.4.** Exibição correta dos conteúdos solicitados;
- 23.5.** Mixagem de áudio utilizando a mesa existente;
- 23.6.** Sincronismo entre telão, transmissão e áudio do Plenário.

24. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E ACESSO

- 24.2.** Logins e senhas das redes sociais serão geridos conjuntamente com o Setor de Jornalismo;
- 24.3.** É vedado o uso indevido das credenciais;
- 24.4.** A contratada é solidariamente responsável por qualquer uso inadequado;
- 24.5.** Conteúdos só poderão ser publicados após validação institucional.

25. DOS INDICADORES DE DESEMPENHO (KPIs)

- 25.2.** O fiscal do contrato observará os indicadores e metas da tabela a seguir:

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

Indicador	Meta
Transmissões realizadas sem interrupção	≥ 99% da duração do evento transmitido
Atendimento a eventos agendados	Todos

26. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

26.2. A remuneração dos profissionais diretamente envolvidos na execução contratual não poderá, em nenhuma hipótese, ser inferior aos valores estabelecidos em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, Sentença Normativa ou legislação aplicável.

26.3. O licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, a execução de contrato(s) de serviços continuados em quantitativos compatíveis com o objeto desta licitação.

26.3.1. A empresa deverá apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica que comprovem experiência na prestação de serviços de transmissão de eventos ou sessões de forma continuada para uma mesma instituição, pública ou privada, pelo período mínimo de 1 (um) ano, em conformidade com o § 5º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

27. DO MODELO DE EXECUÇÃO

27.2. A execução dos serviços compreenderá a transmissão das sessões legislativas, incluindo a operação dos equipamentos, captação, edição e disponibilização do conteúdo, bem como a disponibilização de equipe técnica qualificada, conforme as especificações deste Termo de Referência.

27.3. Em até 02 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, será realizada reunião inicial convocada pelo Fiscal do contrato, com a participação do representante legal (preposto) da CONTRATADA, para definição do cronograma de início da execução, bem como dos aspectos operacionais, administrativos e de gestão contratual.

27.4. A CONTRATADA deverá:

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

27.4.1. Realizar a instalação do objeto no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados da assinatura do contrato, sendo o último dia destinado à realização de teste de operação e transmissão, com toda a equipe necessária, para verificação do funcionamento dos equipamentos e configuração do sistema;

27.4.2. Submeter o teste ao acompanhamento do Fiscal do Contrato;

27.4.3. Solicitar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do término do prazo previsto no subitem anterior, o agendamento para início da instalação dos equipamentos;

27.4.4. Concluir a disponibilização do serviço de transmissão em emissora de TV aberta ou fechada, enquanto não houver transmissão em canal digital aberto próprio, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato.

27.5. O não cumprimento dos prazos estabelecidos, sem justificativa aceita pela Administração, sujeitará o CONTRATADO às sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

28. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

28.2. A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas nos termos do art. 117 da NLLC, por agentes formalmente designados por portaria específica da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Palhoça, compreendendo:

28.2.1. Gestor do Contrato: servidor responsável pela coordenação dos aspectos administrativos e financeiros, pela interlocução formal com a CONTRATADA e pela tomada de decisões de natureza contratual;

28.2.2. Fiscal Técnico do Contrato: servidor com conhecimento técnico em audiovisual e/ou TI, responsável pelo acompanhamento da qualidade e da regularidade técnica dos serviços e pela emissão do ateste mensal.

28.3. A comunicação entre os gestores ou fiscais do contrato e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente por ofício, e-mail ou outro meio eletrônico com certificação de



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

recebimento, podendo ser definidos canais específicos de comum acordo entre as partes, sendo vedadas comunicações verbais não registradas ou realizadas por aplicativos de mensagem instantânea como canal principal.

28.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo a cada parte responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

28.5. A contratante poderá convocar o representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais.

28.6. Compete ao(s) fiscal(is) do contrato:

28.6.1. Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas, bem como pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Câmara Municipal de Palhoça;

28.6.2. Verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços está sendo realizada conforme o instrumento contratual e o instrumento convocatório;

28.6.3. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, em conformidade com o objeto contratado;

28.6.4. Registrar e indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam apuradas e adotadas as providências cabíveis.

28.6.5. A fiscalização poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

28.6.6. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades verificadas durante a execução do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

28.6.7. Quaisquer exigências da fiscalização relacionadas ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem gerar ônus adicional para a Câmara Municipal de Palhoça.

28.6.8. Compete à fiscalização dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, comunicando tempestivamente todas as providências à CONTRATADA.

28.6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros efetuados pelos fiscais, incluindo todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando à autoridade superior sempre que os fatos ultrapassarem sua competência.

29. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

29.2. O pagamento será precedido do recebimento definitivo dos serviços, após verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais.

29.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante verificação da execução dos serviços e da documentação comprobatória apresentada pela CONTRATADA.

29.4. Constatadas irregularidades, a CONTRATADA deverá sanar as pendências no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

29.5. O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato, após análise dos relatórios da fiscalização e verificação da regular execução dos serviços.

29.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, mediante depósito em conta bancária indicada pela CONTRATADA ou por meio de boleto bancário.

29.7. A Câmara Municipal de Palhoça – CMP somente efetuará o pagamento mediante a apresentação de nota fiscal emitida corretamente, devendo a CONTRATADA observar as hipóteses de obrigatoriedade de emissão de nota fiscal eletrônica, bem como a conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, o Decreto Municipal nº 3.242/2023, a Instrução Normativa nº 002/2023/SMF e a Resolução Administrativa nº 004/2023 da Câmara Municipal de Palhoça.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

29.8. Eventuais erros na nota fiscal implicarão sua devolução para correção, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento após sua reapresentação.

29.9. O pagamento será realizado apenas pelos serviços efetivamente executados e aceitos pela Administração.

29.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos serviços prestados.

29.11. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

29.12. É vedada a vinculação do pagamento dos salários dos empregados ao recebimento dos valores devidos pela Administração.

30. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

30.2. A CONTRATADA é integralmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas aos profissionais alocados no contrato, inexistindo vínculo empregatício entre seus empregados e a Câmara Municipal de Palhoça – CMP.

30.3. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não sendo tal responsabilidade afastada ou reduzida pela fiscalização da CONTRATANTE.

30.4. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução dos serviços, inclusive quanto à qualidade dos materiais e serviços prestados.

30.5. Compete à CONTRATADA cumprir todas as obrigações legais relativas à saúde e segurança do trabalho, inclusive em casos de acidentes envolvendo seus empregados.

30.6. Executar os serviços com observância dos padrões de qualidade técnica exigidos, incluindo captação, operação, edição e transmissão, bem como, quando aplicável, interpretação em Libras, assegurando correção de imagem, áudio, legendas e demais elementos técnicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

30.7. É vedada qualquer manipulação de imagem ou conteúdo que altere a sua veracidade, inclusive mediante uso de Inteligência Artificial.

30.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e em número suficiente para a adequada execução dos serviços, sendo responsável pela sua supervisão, treinamento e desempenho.

30.9. Indicar preposto para atuar como responsável pela execução contratual, competindo-lhe:

30.9.1. comunicar imediatamente quaisquer intercorrências que possam comprometer a execução dos serviços;

30.9.2. assegurar a qualidade técnica dos serviços e o atendimento das demandas;

30.9.3. providenciar a correção de falhas ou a reexecução de serviços inadequados, sem ônus para a CONTRATANTE;

30.9.4. prestar informações e encaminhar documentação necessária à fiscalização do contrato.

30.10. Refazer, sem ônus adicional, os serviços que não atenderem aos padrões de qualidade exigidos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

30.11. Disponibilizar canais de comunicação eficientes, incluindo telefone e e-mail, para atendimento de demandas ordinárias e emergenciais.

30.12. Atender, quando solicitado, à prestação de serviços em horários excepcionais, inclusive noturnos, finais de semana e feriados, sem custos adicionais.

30.13. Fornecer todos os materiais, equipamentos, softwares, licenças e insumos necessários à execução do objeto, responsabilizando-se por sua instalação, configuração, operação, manutenção e substituição, quando necessário.

30.14. Utilizar equipamentos em linha de produção atual, sendo vedado o uso de itens obsoletos ou descontinuados.

30.15. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

30.16. Assumir integral responsabilidade técnica pela execução dos serviços, bem como por eventuais falhas operacionais ou de equipamentos.

30.17. Manter sigilo sobre informações e conteúdos a que tiver acesso em razão da execução contratual, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

30.18. Todo o conteúdo produzido no âmbito do contrato será de propriedade exclusiva da Câmara Municipal de Palhoça – CMP, sendo vedada sua utilização pela CONTRATADA sem autorização expressa.

30.19. Os profissionais da CONTRATADA deverão dedicar-se exclusivamente às atividades relacionadas ao objeto contratual durante a prestação dos serviços.

30.20. Sempre que possível, a CONTRATADA deverá adotar práticas sustentáveis, observando normas técnicas aplicáveis, especialmente quanto ao uso de materiais, gestão de resíduos e logística reversa.

30.21. A CONTRATADA deverá adotar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato, garantindo a execução integral e em conformidade com as normas aplicáveis.

31. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

31.2. Todo conteúdo divulgado nas redes sociais deverá ser tratado, validado e supervisionado pelo Fiscal de Contrato, Setor de Jornalismo e Presidência da Câmara.

31.3. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e condições necessárias para a plena execução do contrato.

31.4. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, conforme cláusulas contratuais e proposta apresentada.

31.5. Acompanhar e fiscalizar os serviços por servidor designado, registrando falhas com data, nome dos envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente.

31.6. Notificar a contratada por escrito sobre imperfeições ou irregularidades, fixando prazo para correção e certificando-se da adequação das soluções propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

- 31.7.** Proporcionar facilidades para que a contratada cumpra suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidos.
- 31.8.** Solicitar a substituição de preposto ou empregado que não desempenhar suas atividades satisfatoriamente.
- 31.9.** Permitir livre acesso dos empregados da contratada, devidamente identificados e uniformizados, aos locais de execução dos serviços.
- 31.10.** Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelos empregados ou prepostos da contratada sobre a execução dos serviços.
- 31.11.** Relacionar-se com a contratada por meio de preposto credenciado, e-mails, ofícios e outros meios documentados.
- 31.12.** Aplicar as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis à contratada.
- 31.13.** Efetuar pagamentos à contratada após averiguação mensal da execução dos serviços e cumprimento das formalidades legais.
- 31.14.** Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal/fatura em dia.
- 31.15.** Verificar periodicamente se os empregados da contratada estão regularmente contratados, mediante exame da Carteira de Trabalho.
- 31.16.** Abster-se de ingerência na administração da contratada, incluindo:
- 31.16.1.** Exercer poder de mando sobre os empregados, devendo reportar-se apenas aos prepostos ou responsáveis indicados;
 - 31.16.2.** Direcionar a contratação de pessoal para a empresa contratada;
 - 31.16.3.** Promover ou aceitar desvio de função dos trabalhadores para atividades distintas das previstas no contrato.
- 31.17.** Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e do FGTS, incluindo:
- 31.17.1.** Concessão de férias remuneradas, pagamento de adicional, auxílio-transporte, alimentação e saúde, quando devidos;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

31.17.2. Recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados envolvidos na execução dos serviços.

31.18. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal envolvido na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

31.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, equipamentos e instalações ofereçam condições adequadas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências ou local designado.

31.20. Observar que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, garantindo compatibilidade da contratada com as obrigações assumidas.

32. DA SUBCONTRATAÇÃO

32.2. Não será admitida a subcontratação do objeto.

33. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

33.2. O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado nos moldes dos artigos 105 e 107, da lei 14.133/2021.

34. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

34.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

34.3. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

35. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

35.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

35.3. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

35.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

35.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

36. DO REAJUSTE E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

36.2. O valor pactuado poderá ser revisto por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

36.3. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

36.4. O pedido, fundamentado e devidamente instruído com justificativa, memorial de cálculo, formação de preços que fundamenta a repactuação, devendo ser encaminhado ao Setor de Licitações e Contratos, com a devida identificação do número do contrato, por meio do e-mail: contratos@cmp.sc.gov.br.

37. DA REPACTUAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

37.2. Com vistas à adequação aos preços praticados no mercado, o valor do contrato poderá ser repactuado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista no subitem subsequente, nos termos da Lei 14.133/2021.

37.3. O pedido de repactuação deverá ser devidamente fundamentado e instruído com justificativa, memorial de cálculo, planilha de formação de preços e cópia do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo que o embasa, devendo ser encaminhado ao Setor de Licitações e Contratos, com a devida identificação do número do contrato, por meio do e-mail: contratos@cmp.sc.gov.br.

38. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

38.2. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento da Câmara Municipal de Palhoça – CMP/SC:

38.2.1. Elemento de Despesa: 33.90.39.59 - Serviços de áudio, vídeo e foto.

JEAN PIERRE PATZLAFF

Administrador de Sistemas
Membro da Equipe de Apoio de
Licitação

BARBARA DIAS LINO

Jornalista
Fiscal do Contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

ANEXO II - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

1. Habilitação Jurídica:

- 1.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 1.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 1.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 1.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 1.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.
- 1.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 1.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

2.1. CNPJ ou CPF: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

2.2. CRF-RFB: prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014.

2.3. CRFGTS: prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

2.4. CNDT: prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3. Qualificação Econômico-Financeira:

3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples.

3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

3.3. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

3.3.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

3.3.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

3.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

3.4. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IX deste Edital de que um doze avos dos contratos firmados com a



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

3.4.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

3.4.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4. Qualificação Técnica:

4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5. Qualificação Técnico-Operacional

5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

5.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

5.2.1. A empresa deverá apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica que comprovem experiência na prestação de serviços de transmissão de eventos ou sessões de forma continuada para uma mesma instituição, pública ou privada, pelo período mínimo de 1 (um) ano, em conformidade com o § 5º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

5.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

5.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

5.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

5.7. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

6. Declarações:

6.1. Declaração de que a licitante atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei n. 14.133/2021);



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

6.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.3. Declaração de que a CONTRATADA possuirá todos os equipamentos, materiais e equipe de mão de obra no prazo estipulado para iniciar os trabalhos.

7. OBSERVAÇÕES

7.1. Os documentos previstos neste Anexo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em arquivo PDF.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

7.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.7. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.7.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/2021, art. 64):

7.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
e

7.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148

Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br

E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO n. XX/202X

Transmissão das Sessões Plenárias

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**, situada na Rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59, neste ato representado pelo Presidente, Senhor ***, portador do Cadastro de Pessoa Física (CPF) nº ***, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado ***, com endereço/sede na Rua ***, CPF/CNPJ ***, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) ***, portador (a) do CPF nº ***, doravante denominado CONTRATADO, em vista o que consta no Processo n. XX/202X/CMP e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017](#), e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. XX/202X/CMP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para a operação e edição de áudio e vídeo, visando à transmissão das sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de comissões e demais eventos da Câmara Municipal de Palhoça que forem transmitidos ao vivo, contemplando eventos internos e externos de interesse institucional, bem como a prestação de serviços de produção audiovisual institucionais e educacionais, videografismos, entre outros temas de interesse da Câmara Municipal de Palhoça – CMP/SC, e o suporte técnico às estruturas audiovisuais fixas e móveis de mídia, conforme condições, quantidades e exigências especificadas no Termo de Referência, constante do Edital ****.

1.2. Descrição dos itens:

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Serviço de transmissão das sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de comissões e demais eventos da Câmara Municipal de Palhoça, ao vivo, nas dependências da Câmara Municipal de Palhoça
02	Serviço de transmissão, cobertura e suporte técnico-operacional de sessões solenes e eventos realizados fora das dependências da Câmara Municipal de Palhoça, garantindo a captação, transmissão ao vivo e gravação integral, com qualidade equivalente ou superior às realizadas pelo equipamento fixo do plenário. Este serviço será prestado por demanda, sendo que a contratada será remunerada por evento efetivamente transmitido, com a estimativa de realização de até 06 (seis) eventos por ano, com duração estimada de até 03 (três) horas cada evento.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1(um) ano, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148

Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br

E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total global mensal estimado deste contrato é de R\$ _____
(_____), perfazendo o valor total anual de R\$ _____ (_____),
conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL
01	Serviço de transmissão das sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de comissões e demais eventos da Câmara Municipal de Palhoça, ao vivo, nas dependências da Câmara Municipal de Palhoça	Serviço/mês	12	R\$	R\$
02	Serviço de transmissão, cobertura e suporte técnico-operacional de	Serviço	06	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

sessões solenes e eventos realizados fora das dependências da Câmara Municipal de Palhoça, garantindo a captação, transmissão ao vivo e gravação integral, com qualidade equivalente ou superior às realizadas pelo equipamento fixo do plenário. Este serviço será prestado por demanda, sendo que a contratada será remunerada por evento efetivamente transmitido, com a estimativa de realização de até 06 (seis) eventos por ano, com duração estimada de até 03 (três) horas cada evento.				
---	--	--	--	--

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes se encontram definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS ([art. 92, V e X](#))

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

- 8.8.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9.** Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
- 8.9.1.** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.9.2.** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - 8.9.3.** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - 8.9.4.** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.9.5.** demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - 8.9.6.** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.10.** Cientificar a Procuradoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1.** A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.16. Demais obrigações constantes no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.2.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.2.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

9.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.3. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.6. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.7. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.8. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.9. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

- 9.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.17.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.18.** Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

- 9.19.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.20.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.21.** Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.22.** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.23.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.24.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.25.** Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

- 9.26.** Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.27.** Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.28.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.29.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.30.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.31.** Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.32.** Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.33.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.34.** Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

9.34.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.34.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.35. Demais obrigações constantes no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

10.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

10.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

10.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

10.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. MULTA:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

12.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

12.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

12.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

12.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

12.11. O contratante poderá ainda:

12.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

12.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

12.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento da Câmara Municipal de Palhoça – CMP/SC:

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

13.1.1. Elemento de Despesa: 33.90.39.59 - Serviços de áudio, vídeo e foto.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.2. As regras estabelecidas no termo de referência integram esse contrato, como se nele estivessem transcritas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

16.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

16.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1. Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, ocorrendo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#), serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro da Comarca de Palhoça/SC, com expressa renúncia da CONTRATADA a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, depois de lido e anuído, o presente termo de contrato é assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Palhoça, de *** de 202X.

Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR
CNPJ Nº 99.999.999/9999-99
REPRESENTANTE LEGAL: (Colocar o nome completo)
CPF n.º 999.999.999-99 (Colocar o CPF do representante legal)
*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

TESTEMUNHAS:

1 –

2 -

Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148

Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br

E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico n. ***

Processo n. ***

À Câmara Municipal de Palhoça – CMP/SC

Apresentamos a V.S.^a nossa proposta de preços referente à contratação de empresa especializada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para a operação e edição de áudio e vídeo, visando à transmissão das sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de comissões e demais eventos da Câmara Municipal de Palhoça que forem transmitidos ao vivo, contemplando eventos internos e externos de interesse institucional, bem como a prestação de serviços de produção audiovisual institucionais e educacionais, videografismos, entre outros temas de interesse da Câmara Municipal de Palhoça – CMP/SC, e o suporte técnico às estruturas audiovisuais fixas e móveis de mídia.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL
01	Serviço de transmissão das sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de comissões e demais eventos da Câmara Municipal de Palhoça, ao vivo, nas dependências da Câmara Municipal de Palhoça	Serviço/mês	12	R\$	R\$
02	Serviço de transmissão, cobertura e suporte técnico-operacional de sessões solenes e eventos realizados fora das dependências da Câmara Municipal de Palhoça, garantindo a captação, transmissão	Serviço	06	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

ao vivo e gravação integral, com qualidade equivalente ou superior às realizadas pelo equipamento fixo do plenário. Este serviço será prestado por demanda, sendo que a contratada será remunerada por evento efetivamente transmitido, com a estimativa de realização de até 06 (seis) eventos por ano, com duração estimada de até 03 (três) horas cada evento.				
---	--	--	--	--

O prazo de validade da proposta de preços de preços é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas em Termo de Referência e Minuta de Contrato

Declaramos que nos preços cotados já estão inclusos todos os impostos, taxas, seguros, transporte, uniformes, fiscalização, EPI e EPC, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, taxa de administração, lucro, bem como, todos os outros custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta contratação.

Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições deste edital.

Licitante:	
Endereço:	n.
Bairro:	
Cidade:	UF:
CEP:	Telefone: ()
CNPJ:	



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

Dados bancários

Banco (nome nº):

Agência nº:

Conta Corrente nº:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade/UF:

CPF/MF:

RG/Órgão Expedidor:

Cargo/Função:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Estado Civil:

E-mail:

OBS: Por questões de sigilo e segurança, os dados podem ser enviados apenas para o e-mail: contratos@cmp.sc.gov.br.

(Local), ** de***de ****.

REPRESENTANTE LEGAL: (Colocar o nome completo)

CPF n.º 999.999.999-99 (Colocar o CPF do representante legal)

Observação: Esta declaração dever ser feita preferencialmente em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

ANEXO V - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – MÃO DE OBRA Nos moldes da IN. 05/2017

PARA CADA PROFISSIONAL A SER CONTRATADO SOLICITAMOS QUE SEJA APRESENTADO UMA
PLANILHA DE ACORDO COM O MODELO ABAIXO

Pregão Eletrônico n.***
Processo n.***

Dia ___/___/___ às ___:___ horas.

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
1	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
2	Município	
3	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	

Dados para Composição dos Custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional	
5	Data-base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 – Composição da Remuneração		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário- Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno*	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida*	
F	Outros (especificar)	
TOTAL		



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

Nota 1: O Módulo 1 se refere ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 (doze) meses.

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
TOTAL			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, **quando da prorrogação contratual**, torna-se custo não renovável.

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS		
B	Salário Educação		
C	SAT		
D	SESC ou SESI		
E	SENAI – SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		
H	FGTS		
TOTAL			

Nota 1: O SAT, a depender do grau de risco do serviço, irá variar entre 1% para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

Nota 2: Os percentuais dessa tabela incidem sobre o valor da remuneração e os encargos referentes à 13ª, férias e adicional de férias, conforme caderno técnico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (R\$ xxxx*2*22 dias =R\$xxxx) – 6% remuneração	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (R\$ R\$ xxxx*22 dias – 1% cfe CCT)	
C	Benefício xxx	
D	SESC ou SESI	
E	Outros (especificar)	
TOTAL		

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício, descontado o valor eventualmente pago pelo empregado.

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017.

Quadro-Resumo do Modulo 2 – Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições.	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
TOTAL		

Módulo 3 – Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
TOTAL		

Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Nota: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.		
Submódulo 4.1 – Ausências Legais		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	
TOTAL		

Submódulo 4.2 – Intra jornada		
4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	
TOTAL		

Quadro-Resumo do Modulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intra jornada	
TOTAL		

Modulo 5 – Insumos Diverso		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

D	Outros (especificar)	
TOTAL		

Nota1: Valores mensais por empregado.

Modulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
TOTAL			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de obra vinculada à execução contratual		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
SUBTOTAL (A + B + C + D)		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
TOTAL POR EMPREGADO		

QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
TIPO DE SERVIÇO (A)	VALOR PROPOSTO POR EMPREGADO (B)	QUANT. DE EMPREGADO POR POSTO (C)	VALOR PROPOSTO POR POSTO (D) = (B x C)	QUANT. DE POSTOS (E)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO (F) = (D X E)
(indicar)	R\$		R\$		R\$
(indicar)	R\$		R\$		R\$
VALOR MENSAL (1 + 2):					



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
DESCRIÇÃO		Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

(Local), ** de***de ****.

(Assinatura do representante legal ou procurador)
Nome do representante legal ou procurador
(Número da Carteira de Identidade e CPF)

Observação: Esta declaração dever ser feita preferencialmente em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

A empresa _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a), Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, DECLARA que os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores NÃO são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento da Câmara Municipal de Palhoça, conforme dispõe a Súmula Vinculante nº 13 do STF.

Local, ____ de ____ de ____.

Assinatura e nome do representante da empresa licitante



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

*Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações*

*Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP*

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ACORDO/CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS

A empresa _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a), Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, declara, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente no Pregão Eletrônico n. ____/_____, realizado pela Câmara Municipal de Palhoça/SC, o seguinte:

- 1.** Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e que temos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 2.** Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei n. 14.133/2021);
- 3.** Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- 4.** Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação.

Local, ____ de ____ de ____.

Assinatura e nome do representante da empresa licitante

*Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148
Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br
E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a), Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, declara, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente no Pregão Eletrônico n. ____/____, realizado pela Câmara Municipal de Palhoça/SC, DECLARA que, no ano-calendário de realização do presente Pregão Eletrônico, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, ____ de ____ de ____.

Assinatura e nome do representante da empresa licitante



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina
Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP
Processo n. 26/2026/CMP

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (conforme Anexo VII-E da IN SEGES/MPDG n. 5/2017)

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa Vigência do Contrato Valor total do Contrato*

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do contrato	Valor total do contrato
Valor total dos contratos		R\$

Local e data _____

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS “D1” E “D2” DA ALÍNEA “D” DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante

Fórmula de cálculo:

$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

a) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$\frac{\text{Cálculo: (Valor da Receita Bruta - Valor total dos Contratos)}}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$



CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA


Estado de Santa Catarina

Setor de Licitações

Pregão Eletrônico n. 08/2026/CMP

Processo n. 26/2026/CMP

ANEXO X – MODELO DE NOTA FISCAL

Prestador					
Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - Série NFS-e					
 Estado de Santa Catarina Prefeitura Municipal de Palhoça Secretaria da Fazenda		Data / Hora Emissão		Data Fato Gerador	
TOMADOR DO SERVIÇO					
Nome Fantasia CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA					
Nome/Razão Social CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA				CPF/CNPJ 75.813.675/0001-59	
Endereço JOCI JOSÉ MARTINS		Número 101		Complemento LOT. PAGANI	
Bairro PAGANI		CEP 88.132-148		Cidade - Estado Palhoça - SC	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS					
Descrição do Serviço: 1-Descrição dos serviços com clareza gênero/espécie ou produto fornecido 2- Local da prestação de serviços, se tiver 3-Período de realização dos serviços 4- Contrato/convênio ou empenho de referência 5- Informar o valor do material aplicado/equipamento 6- Discriminar as retenções: IRRF, INSS, ISS 7- Informar dados bancários ou boleto para o pagamento					
Base de Cálculo	Valor ISSQN	Valor ISSRF	Desconto	Valor Total	Valor Líquido
IR	INSS	CSLL	COFINS	PIS	
Descrição dos subitens da Lista de Serviço em acordo com a Lei Complementar 116/03					
Legenda do Local de Prestação do Serviço					
Outras Informações					

Rua Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC – CEP 88.132-148

Fone: (48) 4042-7872 – Site: cmp.sc.gov.br

E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br